

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANIA LÚCIA BONETTO MERKLE

A ESCOLA E SEU ASPECTO REPRODUTOR DA POBREZA



CURITIBA

2016

VANIA LÚCIA BONETTO MERKLE

A ESCOLA E SEU ASPECTO REPRODUTOR DA POBREZA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em
Educação, Pobreza e Desigualdade
Social pela Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Yvelise S.F. Arco Verde

CURITIBA

2016

A ESCOLA E SEU ASPECTO REPRODUTOR DA POBREZA

VANIA LÚCIA BONETTO MERKLE

RESUMO

A escola é uma instituição que conta com a pluralidade social e cultural de seus alunos e comunidade. Por diversas razões a maioria dos professores desconhece a realidade que seus alunos vivenciam fora dos muros escolares e tem dificuldade de ampliar a compreensão das razões que levam ao insucesso em algumas situações de aprendizagem. O conhecimento é organizado de tal forma que cabe às crianças acompanhar o ritmo ditado pelo professor, que normalmente segue de acordo com a maioria da turma, cumprindo com o conteúdo programático ou ficando para trás quando encontra dificuldades. Quem dita as regras é a escola e não a realidade. Novas políticas públicas de educação e, principalmente, a formulação dos projetos políticos pedagógicos - PPP, em cada unidade escolar, buscam através da formulação de conceitos e na busca de teorias e fundamentos pedagógicos, formar o cidadão crítico e capaz de atuar em sua sociedade para transformá-la. No entanto, a prática se mostra ineficiente em cumprir os ideais propostos. O presente trabalho buscou a luz da bibliografia produzida, compreender a escola que tem se apresentado como um espaço que reproduz a pobreza, entender melhor porque isso acontece e o que tem sido feito de maneira prática para mudar esse quadro. As pesquisas bibliográficas foram realizadas em variadas fontes e os dados atuais colhidos por meio de pesquisa de campo em escolas que ofertam ensino regular de primeiro ao quinto ano na rede municipal de ensino de Guaratuba, estado do Paraná. Embora o município de Guaratuba nos últimos anos, acompanhando projetos e programas de assistência social tenha realizado medidas no sentido de reduzir a desigualdade no ambiente escolar, com fornecimento de material, mochila e uniforme completo, o que se mostra um norte a ser mantido, o ambiente escolar ainda não apresenta formas pedagógicas exitosas para deixar de reproduzir a pobreza e passar a ser um espaço realmente transformador. Os dados confirmaram que a escola em si, apesar dos avanços tecnológicos e dos passos teóricos à frente ainda precisa avançar muito no que tange à desigualdade social uma vez que sua visão de sociedade é excludente, não leva em consideração a história e construção do mundo atual, assim como condição social e econômica das crianças, em especial as em situação de vulnerabilidade, que se encontram inseridas em programas sociais de transferência de renda. Da mesma forma, tampouco se encontram dados pedagógicos nos PPP analisados que demonstram que a escola oferece alternativas concretas para trabalhar com esse aluno no sentido de observar suas particularidades e superá-las.

Palavras-chave: Desigualdade social. Educação. Pobreza.

1. INTRODUÇÃO

Sendo a escola uma instituição que conta com a pluralidade social e cultural de seus alunos e comunidade, por diversas razões, na maioria das vezes, desconhece a realidade que seus alunos vivenciam fora dos muros escolares e tem dificuldade de ampliar a compreensão das razões que levam ao insucesso em algumas situações de aprendizagem.

A criança é fruto de seu contexto, e esse contexto influencia a maneira como ela se comporta dentro da escola, até mesmo a capacidade de aprender, herança de fatores genéticos aliados à alimentação que tiveram nos primeiros anos de sua vida. A criança precisa estar inserida num ambiente acolhedor, livre de problemas para garantir a sua saúde física e mental. Não obstante, a realidade de muitas famílias é bem distinta: envolvimento com drogas, famílias desestruturadas, violência familiar, problemas financeiros, desvalorização da educação ou educação formal ausente nos pais (com baixa escolaridade). Como esperar que a criança num ambiente de conflitos chegue até a escola, e deixe seus problemas fora do portão para então concentrar-se e aprender? Como esperar a concentração enquanto a barriga pede por comida? Infelizmente, esta é a realidade de muitas crianças em nosso país, nosso Estado e conseqüentemente em nossa cidade.

O uniforme, por vezes esconde a pobreza dentro dos muros escolares, uma vez que torna todos iguais. Quando este não existe, a desigualdade se torna mais visível. Mesmo que a escola se sensibilize com estas questões, a solução para estes problemas está aquém de suas possibilidades.

No que tange ao conhecimento, toda a mecânica escolar foi projetada para ignorar o contexto da criança e nivelar os alunos. Já é predeterminado qual o conteúdo que uma criança de seis anos deve aprender e quais os conteúdos uma criança de dez anos não pode deixar de demonstrar para ser aprovada. Neste ínterim, é desconsiderado a capacidade de aprendizagem da criança, sua fase mental ou seu desenvolvimento cognitivo prévio, os quais em muitos casos estão diretamente relacionados com as condições do meio em que vivem.

O conhecimento prévio, ao contrário do que se pensa faz muita diferença e ele é fruto do contexto da criança: enquanto umas ingressam ao primeiro ano

tendo vivido em um ambiente alfabetizador, já conhecendo letras, números, tendo pais que lhes contavam histórias antes de dormir, outras iniciam esta mesma série sem a menor noção dos elementos básicos da alfabetização. E então, ao final daquele ano ou daquele ciclo, se espera que todas as crianças tenham fluência em leitura, escrita, conheçam numerais até determinada quantidade, e tenham estruturado elementos básicos de inserção na escolaridade que se seguirá, sem levar em consideração as condições e competências individuais. E é exatamente isso que se precisa ser levado em consideração. A escola busca igualar os diferentes, fazer com que todos ao final de um período tenham conhecimentos iguais.

Bourdieu menciona a reprodução cultural e a reprodução social:

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p.311)

Entende-se que não é a escola que busca se adequar à pluralidade de alunos e sim, a pluralidade de alunos é que deve, obrigatoriamente, adequar-se à escola, ao currículo, aos conhecimentos necessários à aprovação. E quando a criança não se adequa está condenada ao fracasso escolar, à repetição contínua de séries ou anos escolares. A escola passa a ser o mecanismo institucional de exclusão social.

A garantia da vaga na escola não é garantia efetiva de aprendizagem, e isto precisa ser observado. Precisa ser modificado por meio de políticas públicas que garantam não somente que a criança esteja dentro da escola, mas que através do conhecimento, possam efetivamente modificar a sua realidade. Sem a qualidade do ensino, ofertado a crianças de baixa renda, mesmo que garantida a permanência, a pobreza é reproduzida, uma vez que aquela criança vai crescer sem a perspectiva competir por uma vaga universitária, e assim, sempre estará disponível apenas os empregos de segundo e terceiro escalão, isso se ela não for excluída antes do sistema escolar, uma vez que por vezes, muito antes de concluírem sua adolescência já estão inseridas no mercado de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

A iniciativa e exigência da formulação de Proposta Político Pedagógica em cada ambiente escolar ouvindo a comunidade e principalmente analisando a clientela que a escola atende é um passo rumo à modificação desse paradigma, uma vez que se busca aí adaptar também o currículo à necessidade específica e garantir a aprendizagem de todas as crianças. É um passo rumo à qualidade da educação pública, que deve também ser priorizada. Mas esta medida ainda não é de todo suficiente, numa realidade onde apesar da escola adaptar-se à sua regionalidade, ainda está sujeita a avaliações externas que a pressionam no “dar conta” do currículo, para que não se saia mal nos índices oficiais governamentais. Este então é o primeiro passo, apenas.

Muito há por se fazer para que a proposta do Projeto Político Pedagógico seja realmente cumprida no sentido de formar o cidadão crítico e apto a compreender e transformar sua realidade e com o presente trabalho pretendo investigar e observar o tema com um olhar mais apurado.

2. A ESCOLA E SEU ASPECTO REPRODUTOR DA POBREZA

Na concepção de Bourdieu, a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra, visto que é nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural.

Segundo o sociólogo, esta transferência está diretamente relacionada ao desempenho dos alunos na sala de aula, uma vez que estes tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias “heranças”, como a postura corporal e a habilidade de falar em público, dentre outras.

Um exemplo dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, o qual é facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-sustenta. Em seus primeiros livros escritos, Bourdieu previa a possibilidade de superar essa situação se as escolas deixassem de supor a bagagem cultural que os alunos trazem de casa e

partissem do zero. Mas, com o passar do tempo, o pessimismo foi crescendo na obra do sociólogo: a competição escolar passou a ser vista como incontornável.

Conforme seus estudos houve, e pode-se considerar que ainda há uma acentuação no interior de uma sociedade de classes, onde se evidenciam as diferenças culturais e por sua vez as classes mais elitizadas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, de forma de conduta, de valores, entre outras habilidades. Já na contramão destas, as classes trabalhadoras possuem outras características culturais, as quais lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes inferiores culturalmente.

A escola, por sua vez, acaba por ignorar estas diferenças socioculturais, onde seleciona e privilegia em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes.

E é nessa atitude que a escola vem favorecendo aquelas crianças e jovens que já dominam este aparato cultural, sendo para estes consideradas como a continuidade da família e da sua prática social, enquanto os filhos das classes trabalhadoras precisam assimilar a concepção do mundo dominante.

Todo o sistema de ensino institucionalizado produz e reproduz um arbítrio, visto que estas instituições são produtoras de *habitus*, ao mesmo tempo em que desconhece a origem dos mesmos, assim como as condições da sua reprodução.

Para Bourdieu e Passeron, só formulando genericamente as condições de toda a ação pedagógica institucionalizada é que se poderá concluir as condições sociais necessárias para a realização de novas ações.

Neste viés, pode-se afirmar que culturalmente, a escola pública é considerada uma boa ação do Estado e falta à família mais carente, a compreensão de que esta também não é de graça à medida que é financiada pelo próprio povo através dos impostos, que se paga, em tudo o que se produz e se consome no país.

Assim, aprendendo ou não as crianças eram aprovadas e a qualidade de ensino foi se perdendo cada vez mais.

As duas últimas décadas foram marcadas educacionalmente pela pedagogia histórico-crítica que busca formar o aluno cidadão, instrumentalizando-o para interagir e transformar a sociedade em que está inserido e também pela preocupação com a qualidade de ensino. Leis que garantiram o acesso ao direito

da criança à Educação Infantil foram de extrema importância, porém, ainda se vê, que o poder público não apresenta condições de atender uma demanda tão crescente da sociedade.

Quanto ao Ensino Fundamental, a antecipação da entrada que antes era obrigatória aos sete anos e atualmente é aos seis, também objetiva corrigir os déficits na qualidade de ensino. Se antes a criança tinha dois anos para ser alfabetizada e precisava mostrar domínio pleno de leitura e escrita ao final dos oito anos tendo para isso, dois anos escolares, hoje, o Estado lhe garante três anos de permanência escolar para atingir os mesmos objetivos, numa proposta que não é só de alfabetização, mas também de letramento, ou seja, de contextualizar a criança e fazê-la compreender melhor a realidade.

Esclarín (2005, p.35) é enfático: “As escolas dos pobres costumam ser umas pobres escolas que só contribuem para reproduzir a pobreza”. Observa-se aí a constatação da realidade educacional brasileira, que desde os tempos de seu descobrimento evolui a passos muito lentos.

Realidade bem visível nos prédios escolares que por vezes, observa-se nas paredes velhas com pintura descascando, mais do que as palavras são capazes de expressar: não somente o descaso com o ambiente frequentado pelas crianças mais carentes, como se estas não tivessem direito a estar em um prédio bem conservado, bem cuidado e bonito, mas também a lição subjetiva dali: é o que se tem, é de graça, está bom.

É a própria reprodução dos ambientes em que vivem: enquanto as crianças com melhores condições vivem em lares adequados, as crianças de baixa renda por vezes não tem um quarto para dormir ou a mínima condição de saneamento básico em suas residências, estando suscetíveis a doenças ocasionadas pela falta de higiene, que já deveria ter sido superada nos dias atuais. Por isso a escola não precisa ser o ambiente perfeito, pelo contrário, até parece que assim o é de propósito, pois seus alunos já estão habitualmente acostumados à precariedade.

A realidade da escola pública, infelizmente não consegue manter uma estrutura de ambientes que venham representar em termos significativos à qualidade do ensino em suas variadas dimensões. É o aluno da escola pública, já

fadado a exclusão desde o princípio, uma vez que recursos que poderiam deixá-lo em igualdade de aprendizagem e conhecimento já lhe são negados?

É fato que atualmente o conhecimento constitui um capital indispensável para inserir-se produtivamente na sociedade e desenvolver plenamente os talentos pessoais. Diante disto, é preciso garantir para todos, especialmente para os mais fracos e pobres, que não têm meios para obter esses conhecimentos por si mesmos, uma educação de qualidade. Educação que permita a todos, sem exceção, o desenvolvimento de todas as suas qualidades e capacidades criativas, de modo que cada pessoa possa responsabilizar-se por si mesma e realizar sua missão na vida (ESCLARÌN, 2005, p.34).

A educação brasileira ainda é um retrato da divisão de classes da própria sociedade. À criança da escola pública, a escolha normalmente se dá pela proximidade de sua residência, garantia esta lhes assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, já que não terá meios para deslocar-se por grandes distâncias e a importância se dá à garantia da vaga e acesso, ficando em segundo plano a qualidade de modo abrangente (espaço físico, meios, materiais pedagógicos, profissionais, etc.).

2.1. O CURRÍCULO

Nas palavras de Veiga, “Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Sabe-se que, infelizmente, que a organização do currículo escolar ainda se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

O currículo da escola, de uma forma geral é pré-determinado, ou seja, a criança precisa aprender determinados conhecimentos para aprovação, visto que a proposta curricular vem da Lei, sendo estabelecido pela escola o seu currículo de acordo com a entidade mantenedora. O currículo não foi uma construção coletiva com observância à realidade e pluralidade dos educandos, e sim uma forma social de dominação, este de uma forma geral é determinado pela imposição cultural. Ou seja, a criança precisa aprender determinados conhecimentos para aprovação. A elaboração do currículo não foi uma construção coletiva com observância à realidade e pluralidade da clientela e sim uma forma social de dominação.

Nesse quadro de exclusividade pedagógica tão institucionalizada resulta politicamente desestruturante que esses seres pensados inferiores, portadores de saberes inferiores se afirmem sujeitos de Outras Pedagogias e de outros saberes e façam desse território tão cercado um campo de disputa política. "Ocupemos o latifúndio do saber". É pedagógico que resistam aos currículos, às instituições da ciência moderna tão cercadas com a mesma lógica política com que lutam contra as cercas da propriedade privada do agronegócio, que aproximem a luta da reforma agrária com as lutas pela reforma educacional. Que articulem as lutas pelo direito a terra, e a vida com direito ao conhecimento, à escola, à universidade (ARROYO, 2012, p.33).

E não é só isso, embora se tenha que observar as diferenças, trabalhar com o saber da criança, é também necessário que esta aprenda os conteúdos historicamente acumulados, que esta se aproprie de saberes que não domina, pois a escola só será um espaço que libertará o aluno quando de fato lhe instrumentalizar e não somente fadar-lhe à manutenção de sua ordem social, vitimando-o e subestimando suas capacidades de aprender, independentemente de sua posição social no momento.

Os alunos, e até os professores, não conseguem perceber o sentido e nem a utilidade de alguns dos conteúdos que lhes são impostos, porém é necessário que se reconheçam, de forma rápida, que essa distancia entre o ensino e a realidade é uma das causas de desinteresse por parte dos alunos, o qual acaba por elevar os índices de repetência e de evasão escolar, principalmente das classes mais pobres. E essa é prática da qual a cultura do homem branco e

proprietário que foi na História do Brasil, imposta a todas as crianças na qual elas devem, obrigatoriamente, apropriar-se dele de maneira satisfatória e indubitavelmente tal prática vem se perpetuando na atualidade.

2.2. A EVASÃO ESCOLAR

De acordo com Patto (1987,p. 59):

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de ser uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

Segundo Cavalieri, (2000): “Um dos grandes desafios da educação pública no Brasil é a diminuição dos altos índices de evasão escolar, estas altas taxas estão intimamente ligadas a grave situação de pobreza, na grande maioria das famílias, e assim os alunos que frequentam o ensino público acabam tendo de enfrentar a economia informal caracterizado pelo trabalho infantil.”

A evasão escolar se mostra um problema crônico em todo o país, sendo muitas vezes passivamente aceita e tolerada nos sistemas de ensino das escolas, que por sua vez, admitem matrículas mais elevadas de número de alunos por turmas, já que muitos irão desistir durante o ano letivo.

Por ser um fato histórico, a evasão escolar é um fenômeno decorrente do fracasso escolar. Vale ressaltar que embora não se tenha um termo definido para este fato, que vem se tornando cada vez mais frequente, se fazendo necessário uma análise de quais são as inúmeras causas que levam o sujeito ao fracasso escolar e, conseqüentemente, a evadir-se da escola, porém tal análise não fará parte deste trabalho, visto não ser o foco desta pesquisa.

Na concepção de Azevedo (2011, p. 5), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para que o problema se agrave, diante de uma escola ultrapassada, pensamento este também compartilhado no Harper, em sua obra *Cuidado Escola*, aonde vem apontar para o contexto social em que a escola está inserida e reafirmando a posição de que a escola continua a repetir e refletir políticas de domínio.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho está caracterizado como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Através da pesquisa bibliográfica serão levantados os principais conhecimentos sobre o assunto, e através da pesquisa de campo a observação tão importante da prática que dará subsídios à apropriação do conhecimento e comprovação teórica.

Sobre a pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2010, p. 166) explicam:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Através das palavras de Esclarin, Arroyo, Mendonça, Parente e Matos e Zotti, busca-se traçar o perfil da educação pública brasileira que desde o seu início é excludente e demonstra como o governo tem problemas para equiparar não somente condições de acesso mas também qualidade para aqueles que mais precisam.

A pesquisa de campo busca não somente a obtenção de dados reais, como a comparativa entre as teorias e a efetiva prática. Marconi e Lakatos (2910, p.171) também falam sobre ela:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente).

Através da junção da pesquisa bibliográfica com a pesquisa de campo se terá uma visão mais ampla da realidade local na busca de soluções transformadoras.

4. UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA

Guaratuba, município do litoral do estado do Paraná tem atualmente segundo o IBGE, pouco mais de trinta e cinco mil habitantes. Fundada em 1771, por ocasião das expansões colonialistas do governo português, pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza o município não se desenvolveu de forma plena para fazer jus à sua idade devido à suas fronteiras naturais: de um lado a Baía de Guaratuba separando-lhe de Paranaguá e de outro fazendo fronteira com o estado de Santa Catarina cujo acesso terrestre também era difícil. Desta forma, em seu período de história a cidade passou a ser distrito de Paranaguá até o ano de 1947 quando foi novamente declarada município e retomou seu crescimento e independência. Tendo suas fontes econômicas principais baseadas na agricultura, na pesca e no turismo, possui atualmente aproximadamente duas mil e duzentas famílias inseridas nos programas de transferência de renda do governo federal para que consigam sobreviver com um

mínimo de dignidade durante todo o ano, uma vez que o turismo é reduzido apenas ao período de temporada de verão.

A rede pública de ensino do município é composta por onze escolas na área urbana e cinco na área rural atendendo as crianças de Educação Infantil na modalidade pré-escolar até o quinto ano, finalizando o Ensino Fundamental I e duas escolas particulares que atuam no mesmo sentido. As modalidades de Ensino Fundamental II bem como o Ensino Médio são ofertadas por cinco escolas estaduais e duas escolas particulares.

Contando com aproximadamente quinhentos profissionais docentes, para atender os alunos de Educação Infantil, na modalidade Pré Escolar, até o Ensino Médio, o município atendeu no ano de 2015 um total de 8.039 crianças e jovens regularmente matriculados.

O município aprovou no ano passado seu Plano Municipal de Educação ao qual estabelece como meta para os próximos dois anos no âmbito da Educação Infantil a universalização do acesso à Educação Infantil na modalidade pré-escolar no ano de 2016 e garantia de atendimento de ao menos 50% das crianças com idade de até três anos ao final da vigência decenal do plano. Ainda neste sentido busca melhorar a qualidade da infraestrutura dos estabelecimentos existentes, preocupa-se com a continuidade da formação do quadro de docentes bem como buscará planejar-se para a construção de novas unidades para atender à demanda.

O Plano demonstra preocupação com as crianças mais carentes conforme se observa:

- 1.7. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.8. Estabelecer, com colaboração dos órgãos responsáveis pela Educação, Saúde e Assistência Social – SMAS, programas de orientação aos pais de crianças em situação de pobreza violência doméstica e desagregação familiar extrema (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p.8).

No que tange ao Ensino Fundamental o Plano Municipal de Educação estabelece como meta principal a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a catorze anos com garantia que ao menos

95% dos estudantes concluíam seus estudos na idade recomendada. Neste sentido complementa-se estabelecendo diretrizes que buscarão diminuir a evasão e principalmente a reprovação através de medidas que busquem aumentar a qualidade de ensino e oferta de atendimento especializado ao aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, para que possa superá-las. Neste sentido também busca a revisão das Propostas Político Pedagógicas dos estabelecimentos bem como investimento na qualificação e formação continuada de seu quadro docente.

Como se pode observar, tanto para a Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental o Plano Municipal de Educação tem grande preocupação em garantir o acesso para todos e além do acesso, a qualidade do ensino oferecido para que as crianças não somente frequentem a escola, mas possam aprender.

Todas as escolas do município de Guaratuba assim como os Centros de Educação Infantil elaboram e apresentam seus Projetos Político Pedagógicos para apreciação do Núcleo Regional de Educação situado no município de Paranaguá. Vasconcellos (1995), fala sobre a exigência deste referencial teórico:

Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

Quanto à concepção de um Projeto Político Pedagógico, no que tange ao quesito qualidade, este segundo Ilma Passos Alencastro Veiga deve conter as seguintes características:

1. Ser um processo participativo de decisões;
2. Preocupar-se em organizar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
3. Explicitar os princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade dos agentes educativos e o estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;

4. Conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
5. Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Já no que se refere à execução, um projeto de qualidade, mantém as seguintes características:

1. Nasce da própria realidade tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações em que esses problemas aparecem;
2. É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
3. Implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
4. É construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

Neste contexto, considera-se o Projeto Político Pedagógico como um produto onde se reflete a realidade da escola, fazendo-se um instrumento clarificador das ações educativas da escola em sua totalidade. Este ao dar uma nova identidade a escola, deve também contemplar a questão da qualidade do ensino, tanto no aspecto formal, quanto no técnico e no político, visto que estão indissociáveis, e não subordinados um ao outro, uma vez que, todo tem perspectivas próprias.

Um Projeto Político Pedagógico construído pela própria comunidade caracteriza-se por ser um definidor de critérios para a organização do currículo e para a seleção de conteúdos, muito embora o Estado esteja legitimadamente

constituído como formulador de políticas integrativas, no que se refere principalmente na preservação da unidade nacional da educação básica.

No quadro abaixo, descreve-se o que os Projetos Políticos Pedagógicos observados nas duas Escolas do município de Guaratuba, uma situada num bairro central do município, a qual chamaremos de Escola Moisés e outra num bairro de periferia, denominada aqui como Escola João, propõem para a defesa da educação como direito de todos, para a melhoria do trabalho pedagógico e nas propostas didáticas.

<p>Defesa da Educação como direito de todos</p>	<p>Diminuição da evasão escolar;</p> <p>Envolvimento e interação da comunidade, com vista a uma participação ativa;</p> <p>Propiciação do acesso e domínio das TICs, Tecnologias de Informação e Comunicação, como forma de autonomia social;</p> <p>Aumento progressivo do atendimento da demanda de escolarização básica no ensino fundamental da população de jovens e adultos, dentro da modalidade ofertada pela escola no EJA- Educação de Jovens e Adultos;</p> <p>Possibilitar através de parcerias que os alunos de EJA recebam materiais didáticos adequados a essa modalidade de ensino;</p> <p>Reestruturação da Escola dentro de padrões de acessibilidade que propiciem a educação inclusiva e atendam alunos com necessidades</p>
--	--

	<p>educacionais especiais;</p> <p>Conscientização da comunidade escolar sobre a função social da escola, seu caráter transformador e de sua função na mudança do contexto da sociedade;</p>
Melhoria do trabalho pedagógico	<p>Conscientização sobre a importância do estudo para o crescimento interior e auto realização;</p> <p>Instalação de biblioteca para o atendimento das necessidades educacionais do educando;</p> <p>Criação de condições e conscientização para que o corpo docente assuma na escola uma posição de mediação no processo de ensino-aprendizagem, em confronto com as realidades sociais;</p> <p>Utilização da linguagem (em todas as suas formas de expressão), como ferramenta essencial na construção da aprendizagem, bem como instrumento necessário para o compartilhamento da cultura, das ideias e pensamentos, fazendo-se compreender e inteirando-se com a sociedade;</p> <p>Consideração na construção da aprendizagem, as diferentes raízes étnicas e os diferentes pontos de vistas envolvidos em sua produção,</p>

	<p>buscando a valorização da pluralidade cultural;</p> <p>Mediação da compreensão da criticidade como sujeito que atua e transforma o mundo, adotando no cotidiano, atitudes de solidariedade, cooperação, fraternidade, repúdio às injustiças, respeitando e exigindo respeito do próximo;</p> <p>Propiciar a formação continuada de todo o corpo escolar viabilizando seus recursos e buscando formação que propicie a realização dos princípios da escola, bem como a realização e crescimento pessoal de cada profissional.</p> <p>Elevação do índice do IDEB;</p> <p>Diminuir o índice de evasão e repetência por meio de recuperação de estudos</p>
<p>Propostas didáticas</p>	<p>Procurar maximizar junto a S.M.E o atendimento de nossos alunos através de outros profissionais da educação como: psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, oftalmologistas, etc.</p> <p>Ampliar significativamente o acervo de literatura infantil da escola;</p> <p>Aquisição de material de apoio pedagógico que venham a atender a variedade de conteúdo programático, proporcionando aos alunos aulas mais diversificadas;</p> <p>Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível</p>

	<p>de escolaridade;</p> <p>Garantir um tempo maior para aprender e respeito aos diferentes tempos, ritmos e formas de aprender dos alunos;</p> <p>Proporcionar aos alunos um ambiente alfabetizador propício à aprendizagem que possibilite às crianças não apenas ter acesso ao mundo letrado, como também nele interagir.</p> <p>Proporcionar condições para que a criança possa desenvolver a curiosidade, o desejo e o interesse pela leitura e a escrita em situações significativas para elas, porém possibilitar o acesso aos diversos usos da leitura e da escrita não é suficiente para que se alfabetizem é necessário, além disso, um trabalho sistemático, centrado tanto nos aspectos funcionais e textuais, quanto no aprendizado dos aspectos gráficos da linguagem escrita e daqueles referentes ao sistema alfabético de representação.</p>
--	--

Os textos se diferem em suas estruturas, tópicos, palavras, mas na essência seguem a mesma linha pedagógica, buscando respeitar a diversidade do alunado e desenvolver o respeito como salienta Freire (2000, p.83):

“Como educador, preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo
 “... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado

ou sugerido ou escondido no que chamo „leitura do mundo” que precede a „leitura da palavra”.

Levando em consideração as formas avaliativas, todos os estabelecimentos cumprem a lei no que tange a promoção automática do aluno de primeiro e segundo ano que obtiver o mínimo obrigatório de presença, ou seja, setenta e cinco por cento dos dias letivos. A partir do terceiro ano os alunos são avaliados através de notas e então a promoção não é automática sendo que o aluno precisa atingir o mínimo de frequência de setenta e cinco por cento e apresentar média anual igual ou superior a 6.0 (seis). Nesse sentido a reprovação vai contra o respeito ao ritmo próprio de aprendizagem do aluno, uma vez que ele deverá obrigatoriamente aprender durante o período pré-estabelecido do ano letivo para ser considerado apto à promoção.

No Projeto Político Pedagógico da Escola João , salienta-se a necessidade de respeitar a diversidade do alunado com o objetivo de oferecer-lhe oportunidade.

Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanências do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem e elevando a sua autoestima. É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a sociedade brasileira. É preciso reconhecer que somos diferentes, mas que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor. É permitir que cada indivíduo possa compreender como se dão as relações de poder na sociedade e possam exercer seu papel de cidadão enquanto contribuintes, na construção de uma nação solidária (PPP Escola João, 2015, p. 39).

O mesmo acontece nos textos de outros estabelecimentos, sendo um referencial teórico importante, ou seja, o reconhecimento das necessidades.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Moises, descreve a comunidade onde está inserida:

A comunidade, mesmo central não apresenta grande poder aquisitivo, visto que a cidade não é de grande porte, há falta de empregos fora do setor público e o comércio, tem seu ponto alto nas temporadas de verão, que infelizmente são restritas há alguns poucos meses no ano. Nos últimos anos,

nota-se um aumento dos níveis de escolaridade da população de modo geral, que passou não somente a chegar ao segundo grau como almejar o ensino superior. A clientela atendida pela escola tem em seus pais, o segundo grau como escolaridade média (PPP Escola Moisés, 2015, p.8)

Neste sentido observa-se a consciência da instituição escolar em relação ao seu entorno, os pais dos alunos, que influenciam sobremaneira a forma como o aluno se conduz dentro do ambiente escolar.

Nenhum dos documentos das escolas faz menção à inserção no programa do governo federal Bolsa Família, que atende famílias com baixo poder aquisitivo buscando diminuir suas desigualdades sociais. Este é um fator que acima de tudo revela a omissão da escola em reconhecer características fundamentais de seu alunado uma vez que todas as escolas e CMEIs do município atendem crianças beneficiárias deste programa. Isso mostra o quanto o discurso da escola se torna contraditório e excludente, pois ao não reconhecer a situação real dos alunos, não há políticas de enfrentamento e a escola permanece como um espaço excludente.

No que se refere ao trabalho das gestões escolares, buscou-se saber se havia conhecimento aprofundado sobre o Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos onde atuam. Em conversas com cinco gestoras, observou-se que estas têm amplo conhecimento da parte teórica que rege as atividades dentro do ambiente escolar e que demonstram preocupação em manter o documento atualizado, pois este retrata e estabelece o norte para as ações pedagógicas.

Em relação a atividades práticas, houve o relato que os professores buscam seguir os conteúdos programáticos e atividades temáticas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação que, por sua vez tratam de temas locais. Importante ressaltar que as estruturas escolares mantêm contato com os pais em momentos esporádicos sendo que a Escola Moisés possui uma gestão mais aberta onde os pais estão mais presentes no dia a dia do estabelecimento inclusive auxiliando em questões de manutenção predial quando necessário e realizando a pintura do prédio aos finais de semana para deixar o ambiente escolar em melhores condições para as crianças.

Por outro lado, pode-se observar na Escola João que se encontra localizada num bairro mais afastado e com alunos de uma classe vulnerável e menos favorecidos, este diálogo mais direto com os pais é bem menos frequente.

No que se refere aos resultados finais dos anos letivos de 2013 e 2015, apontam-se os seguintes dados conforme estatística do setor de documentação escolar, da Secretaria Municipal da Educação:

ESCOLA JOÃO

Ano 2013	Alunos Matriculados	Alunos Reprovados	Alunos transferidos
	403	21	105
Ano 2015	Alunos Matriculados	Alunos Reprovados	Alunos transferidos
	312	26	64

ESCOLA MOISÉS

Ano 2013	Alunos Matriculados	Alunos Reprovados	Alunos transferidos
	283	18	58
Ano 2015	Alunos Matriculados	Alunos Reprovados	Alunos transferidos
	188	11	26

Em decorrência do quadro apresentado, pode-se observar que o número de matrículas totais em ambas as escolas diminuíram e o número de transferências também, porém os índices de reprovação não obtiveram muitas quedas.

Em relação aos resultados do IDEB obtidos pelas referidas escolas, pode-se observar os seguintes dados levantados através do Portal Inep.

ESCOLA JOÃO

Ano 2013	Ideb Observado	Meta Projetada
	4.8	3.8
Ano 2015	Ideb Observado	Meta Projetada
	4.7	4.1

ESCOLA MOISÉS

Ano 2013	Ideb Observado	Meta Projetada
	6.3	4.8
Ano 2015	Ideb Observado	Meta Projetada
	6.4	5.0

Conforme o quadro demonstrativo acima, no que se refere aos resultados obtidos pelo Ideb, pode-se compreender que apesar de ambas as escolas estarem com os índices acima da projeção nacional para os referidos anos, a Escola Moisés, que fica situada no bairro mais centralizado, conseguiu aumentar seu índice, porém a Escola João, não obteve o mesmo sucesso, decaindo em sua nota.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública sempre representou um problema para os governantes desde sua implementação. As garantias legais de acesso não são suficientes para fazer com que a escola não seja um espaço reprodutor de desigualdades uma vez que do portão para dentro, as condições de vida e de contexto da criança também contam. Não somente ao que tange aos materiais escolares e uniformes, pois até mesmo a alimentação que a criança recebeu nos primeiros anos de vida vai acarretar influências em seu histórico de aprendizagem e desenvolvimento.

A escola busca infelizmente, como objetivo final, nivelar seus alunos. Apesar de textualmente reconhecer as diferenças e buscar respeitar o tempo de desenvolvimento individual, porém espera que ao final de um determinado período pré-estabelecido todos demonstrem as competências necessárias para prosseguir para a etapa posterior, caso contrário serão retidos em seus estudos. Desta forma, observa-se que, embora se busque textualmente o respeito, previsto nas Propostas Político Pedagógicas, na prática busca-se que todos se igualem nos saberes necessários e determinados a cada série.

Sendo assim, e sem respeitar principalmente as peculiaridades e dificuldades das crianças mais carentes, que dentro do ambiente escolar são tratadas iguais a todas as demais, a escola permanece como um espaço de exclusão, e de reprodução de desigualdades pois efetivamente pouco se faz no sentido de compreender e romper com as barreiras sociais que por vezes impedem a criança de aprender e também de prosseguir em seus estudos.

Infelizmente a escola pública ainda mantém-se paralela à realidade de seus alunos, e por que não se dizer, a realidade de seu entorno.

E nesse abismo social formado para atender pessoas diferentes com base em seu poder aquisitivo, realidades tão distintas caminham paralelamente e a ordem social vigente mantém-se intacta, fazendo com que a escola venha contribuir de forma frequente para a manutenção da pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **O direito a tempos-espços de um justo e digno viver**. 2012.

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de . **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal Expedito Alves** (2011) . Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/ Acesso: 01 de dezembro 2016.

HARPER, Babette. **Cuidado, escola!** São Paulo: Brasiliense, 2000.

ESCLARÍN, Antonio Perez. **A educação popular e sua pedagogia**. Edições Loyola, 2005.

História de Guaratuba. Site: Wikipédia. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Guaratuba> Acesso em 01 de outubro de 2016.

IBGE. Dados referentes ao município de Guaratuba. Disponível em < http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=410960&idtema=156&search=parana|guaratuba|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015> Acesso em 05 de outubro de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010

MENDONÇA, H. J. da C. **“Educação elementar”**. In: Correio Braziliense. Londres, 1816, números 95, 96, 97, 98, 99, 100 e 101, Caderno Miscelânea. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/> Acessado em julho de 2016.

PARENTE, C.M.D.; VALLE, L.E.R.; MATTOS, M.J.V. **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas.** Porto Alegre: Penso: 2015.

Plano Municipal de Educação. Município de Guaratuba. Disponível na Secretaria Municipal de Educação.

Proposta Político Pedagógica Escola Municipal Governador Moisés Lupion. Disponível no interior da escola. Acesso em 02 de setembro de 2016.

Proposta Político Pedagógica Escola Municipal João Gualberto da Silva. Disponível no interior da escola. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ZOTTI, S.A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1890.** Brasília, Editora Plano, 2004.